

# CADERNO DE QUESTÕES

CONCURSO PÚBLICO  
EDITAL N.º 001/2024

CARGO: *Procurador*



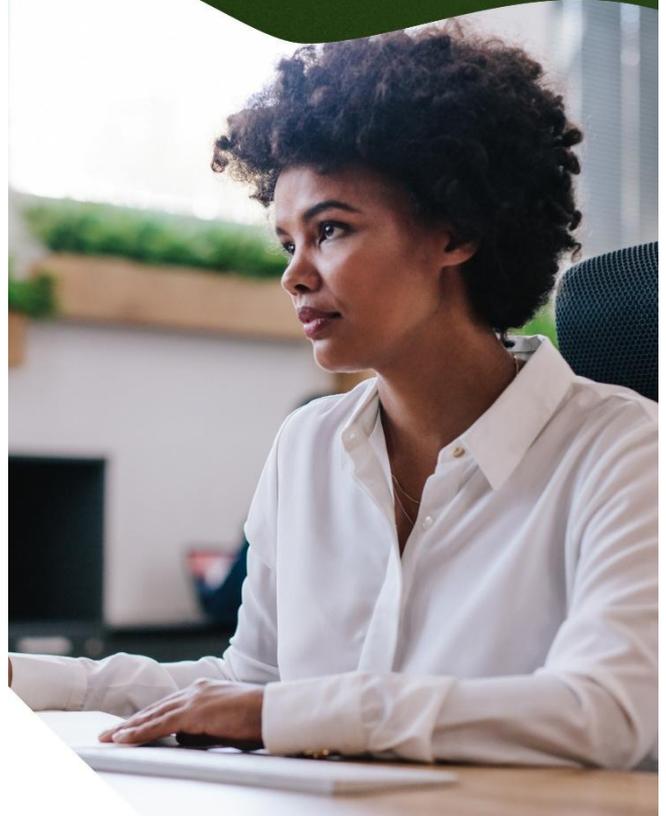
## INSTRUÇÕES

- 1) O Caderno de Questões contém 60 (sessenta) questões objetivas de múltipla escolha (A, B, C, D, E).
- 2) Ao receber o material, confira no Cartão-Resposta, seu nome, número de inscrição, data de nascimento, RG e cargo. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- 3) A prova terá duração de 04 (quatro) horas, incluído, neste tempo, o preenchimento do Cartão-Resposta.
- 4) O preenchimento do Cartão-Resposta será de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição de qualquer Cartão-Resposta por erro do candidato.
- 5) Você poderá se retirar, definitivamente, da sala de realização da prova após transcorrido 01 (uma) hora contado do seu efetivo início e poderá levar seu CADERNO DE QUESTÕES ao deixar em definitivo a sala de prova nos 30 minutos que antecedem o término das provas.
- 6) Assine no local indicado no Cartão-Resposta da prova objetiva e no Caderno de Questões.

CONCURSO PÚBLICO

# CÂMARA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Edital n.º 001/2024



Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

Assinatura do Candidato: \_\_\_\_\_

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 10.

### Crises climática, social e da biodiversidade

O Brasil está vivendo o desenrolar de um processo grave desencadeado pelas mudanças climáticas globais, amplamente previstas por painéis internacionais e especialistas. Eventos extremos, como a histórica seca de 2023-2024 na Amazônia e as chuvas torrenciais no Rio Grande do Sul em abril, são sinais de uma emergência climática que já deixou de ser uma previsão futura: é a realidade concreta e urgente do país.

Apesar do Acordo de Paris, vigente desde 2016, o mundo não conseguiu frear o aumento das emissões de gases de efeito estufa, que hoje somam 62 bilhões de toneladas por ano. Com isso, tornou-se impossível limitar o aquecimento global a 1,5°C, conforme pretendido pelo tratado. Estamos agora diante de um cenário de aumento médio de até 3°C.

De acordo com os modelos do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), um aquecimento dessa magnitude pode resultar, no Brasil, em dias até 4°C mais quentes, além de mudanças no regime de chuvas, que levariam a estiagens no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, enquanto o Sudeste e o Sul sofreriam com tempestades mais intensas. Como já vimos nos últimos meses, o prolongamento de estações secas, somado a ondas de calor, cria situação propícia para incêndios de grandes proporções.

Contudo, a crise climática está profundamente interligada com outras questões. Enfrentá-la significa também conter a perda de habitats e a redução da biodiversidade, que são essenciais para a manutenção dos serviços ecossistêmicos, como a absorção de carbono. Além disso, a redução da pobreza e das desigualdades sociais é crucial para evitar que os efeitos das mudanças climáticas afetem de forma desproporcional as populações mais vulneráveis.

Essas três crises — climática, da biodiversidade e social —, embora interconectadas, são tratadas de maneira isolada. Entretanto, ecossistemas conservados, eficientes na captura de carbono, não só mitigam o aquecimento global, como também garantem a saúde humana e a manutenção de suas atividades econômicas. Portanto, as estratégias para enfrentar essa nova realidade precisam integrar ações nessas três frentes.

A tarefa adiante é árdua e longa. No entanto, o conhecimento necessário para agir já está disponível. Especialmente no caso brasileiro, há oportunidades que podem ser aproveitadas imediatamente, tanto para evitar cenários climáticos mais catastróficos quanto para preparar o país para eventos extremos que, a essa altura, são inevitáveis.

Segundo o relatório de 2023 do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o Brasil é o sétimo maior

emissor de gases de efeito estufa (o quarto em emissões per capita). Quase metade dessas emissões (48%) está relacionada ao desmatamento. [...]

Nossa legislação ambiental deverá ser revista. O Código Florestal, de 2012, é a principal política pública nacional de conservação da vegetação nativa, mas foi promulgada sem compreender a devida urgência da crise climática, da biodiversidade, seus impactos sociais e efeitos secundários. Um esforço é necessário no sentido de fortalecer as áreas de Reserva Legal, estabelecidas pela legislação, e de proteção de áreas úmidas. Com isso, é possível advogar por avanços nesse sentido nos âmbitos municipal e estadual.

No entanto, os paradigmas atuais de conservação não são apenas restritivos. Eles também consideram como as comunidades humanas usam e dependem dos ecossistemas. Especialistas debatem o conceito de "paisagens multidimensionais interconectadas" como um caminho para a conservação no século XXI.

Por "multidimensional", entende-se a capacidade de integrar diferentes paisagens e viabilizar seus diversos usos de maneira sustentável. Esse conceito possibilita a criação de estratégias que vão desde a proteção de áreas altamente preservadas, como as florestas amazônicas, até a otimização de zonas urbanas e agrícolas, promovendo a biodiversidade em todos os contextos. A abordagem multidimensional busca, assim, equilibrar conservação e desenvolvimento, permitindo que ecossistemas naturais e áreas produtivas coexistam de forma benéfica e resiliente. [...]

(Disponível em:

[https://www.terra.com.br/noticias/crises-climatica-social-e-da-biodiversidade-estao-interligadas-e-devem-ser-atacadas-em-conjunto,a4ba759a72b2f58cc2487dc95e91758e20l6jpyt.html?utm\\_source=clipboard](https://www.terra.com.br/noticias/crises-climatica-social-e-da-biodiversidade-estao-interligadas-e-devem-ser-atacadas-em-conjunto,a4ba759a72b2f58cc2487dc95e91758e20l6jpyt.html?utm_source=clipboard).

Acesso em: 16 out 2024. Adaptado.)

### Questão 01

Com base no uso dos conectivos no texto, assinale a alternativa que apresenta a utilização correta dos conectivos **e**, **apesar de**, **entretanto** e **sobretudo** para estruturar as ideias expostas pelo autor:

- (A) O texto argumenta que crises climáticas e sociais estão interligadas; entretanto, as políticas públicas brasileiras não reconhecem essa interdependência, sobretudo as ambientais que não têm relação com a situação.
- (B) A preservação dos ecossistemas é crucial, e sobretudo mitigar os impactos das mudanças climáticas, entretanto, o desenvolvimento sustentável apesar de desafiador pode, mas, trazer soluções a longo prazo.

- (C) As emissões de gases de efeito estufa continuam alarmantes e, apesar de haver políticas de conservação em vigor, os resultados permanecem insuficientes, mostrando que ainda é necessário um esforço mais significativo.
- (D) Apesar de o Brasil enfrentar desafios ambientais graves, sobretudo devido ao desmatamento, e à emissão de gases de efeito estufa, entretanto, as medidas adotadas até agora são insuficientes.
- (E) As crises climática, social e da biodiversidade estão interligadas, e apesar de iniciativas existirem, elas são sobretudo tratadas de forma isolada, entretanto uma resposta eficaz não acontece.

## Questão 02

Considere as palavras "desigualdades" e "biodiversidade". Com base na análise morfológica, identifique a alternativa que descreve corretamente os processos de formação e a estrutura dessas palavras:

- (A) Ambas as palavras são formadas por derivação sufixal, uma vez que os sufixos "-dade" e "-s" foram acrescentados aos radicais "igual" e "diverso", respectivamente, de modo a designar condições sociais e ecológicas diversas e inter-relacionadas.
- (B) As palavras "desigualdades" e "biodiversidade" são exemplos de derivação prefixal e sufixal, sendo formadas pela adição de um prefixo "des-" e "bio-" aos radicais "igual" e "diverso", respectivamente, e finalizadas com o sufixo nominal "-dade", que indica uma condição ou qualidade.
- (C) A formação de "desigualdades" envolve o processo parassintético em que "des" indica negação; já "biodiversidade" envolve o processo de composição por justaposição, em que cada uma das partes da palavra "bio" e "divers" são formadas por prefixo e radical, respectivamente.
- (D) As palavras "desigualdades" e "biodiversidade" são neologismos formados pela composição de prefixos e radicais latinos, aos quais se adicionam sufixos (-dade) para formar substantivos abstratos que designam condições específicas, o que confere a ambos os termos um significado aplicável a várias áreas do conhecimento.
- (E) A palavra "desigualdades" é formada por derivação prefixal e sufixal, em que o prefixo "des-" e o sufixo "-dade" se agregam ao radical "igual", enquanto "biodiversidade" é um neologismo híbrido, formado pela junção do prefixo grego "bio-" com o radical latino "divers" e o sufixo "-idade", que forma substantivos abstratos.

## Questão 03

Considere os trechos a seguir, que foram adaptados do texto original. Assinale a alternativa que apresenta a utilização correta da crase, conforme a norma culta da língua portuguesa:

- (A) A urgência à enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas requer uma abordagem inovadora e colaborativa entre diferentes setores da sociedade.
- (B) O aumento das emissões de gases de efeito estufa contribui para o aquecimento global, o que gera consequências à sociedade e ao meio ambiente. Logo é preciso agir quanto à essa questão!
- (C) A resposta à crise climática deve ser rápida e efetiva, a fim de garantir um futuro sustentável à próxima geração.
- (D) Os eventos extremos, como a histórica seca à Amazônia e as chuvas torrenciais à Rio Grande do Sul, evidenciam uma emergência climática.
- (E) O prolongamento das estações secas, somado a ondas de calor, cria situações propícias à incêndios de grandes proporções.

## Questão 04

Analise proposições que seguem e marque V, para verdadeiras, e F, para falsas, com base no texto:

(\_\_ ) O Brasil já está experienciando os efeitos da crise climática, como a seca histórica na Amazônia e chuvas torrenciais no Sul, confirmando que os impactos previstos por especialistas globais e painéis internacionais já fazem parte do presente, e não do futuro.

(\_\_ ) Apesar de o Acordo de Paris estar em vigor desde 2016, o mundo foi incapaz de conter o aumento das emissões de gases de efeito estufa, o que resultou na manutenção do aquecimento global em níveis controlados, com expectativas de aumentos de temperatura de no máximo 1,5°C.

(\_\_ ) A crise da biodiversidade e as questões sociais não estão diretamente relacionadas à crise climática, sendo tratadas de forma separada no texto, sem implicações mútuas sobre o agravamento dos impactos ambientais ou sociais.

(\_\_ ) O Código Florestal, embora seja a principal política pública brasileira de conservação da vegetação nativa, precisa ser revisado para adequar-se à urgência da crise climática e da biodiversidade, bem como para mitigar os seus impactos sociais.

(\_\_ ) O conceito de "paisagens multidimensionais interconectadas", apresentado no texto, oferece uma abordagem inovadora que propõe a integração de áreas urbanas, agrícolas e naturais de forma sustentável, equilibrando a preservação ambiental com o uso econômico dessas áreas.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) F – V – F – V – F.
- (B) V – V – V – F – V.
- (C) V – F – V – F – F.
- (D) F – V – V – V – V.

(E) V – F – F – V – V.

## Questão 05

Leia o trecho que segue:

"Eventos extremos, como a histórica seca de 2023-2024 na Amazônia e as chuvas torrenciais no Rio Grande do Sul em abril, são sinais de uma emergência climática que já deixou de ser uma previsão futura: é a realidade concreta e urgente do país".

Assinale a alternativa que apresenta corretamente a análise sintática da oração "**são sinais de uma emergência climática**":

- (A) É uma oração simples, composta por sujeito (oculto), verbo de ligação ("são"), predicativo do sujeito ("sinais") e adjunto adnominal ("de uma emergência climática").
- (B) É uma oração simples, composta por sujeito simples ("eventos extremos"), verbo de ligação ("são"), predicativo do sujeito ("sinais") e complemento nominal ("de uma emergência climática").
- (C) É uma oração simples, com sujeito simples ("sinais") e predicado verbal, sendo "de uma emergência climática" um adjunto adverbial de causa.
- (D) É uma oração simples, com sujeito composto ("histórica seca e chuvas torrenciais"), verbo de ligação ("são") e predicado nominal ("sinais").
- (E) É uma oração composta, apresenta sujeito simples ("eventos extremos") e predicado verbal, com o verbo "são" atuando como verbo de ligação.

## Questão 06

Leia o trecho a seguir e identifique a alternativa que apresenta corretamente a análise da coesão entre os termos na construção do texto:

"As mudanças climáticas têm provocado alterações significativas no ecossistema e afetam não apenas a biodiversidade, mas também a vida das comunidades que dependem desse ambiente. Ele, por sua vez, se bem conservado, garante a manutenção das atividades econômicas e a saúde humana."

- (A) O termo "esse ambiente" refere-se ao "ecossistema" mencionado no início, indicando um local específico onde as mudanças climáticas produzem impacto direto sobre a biodiversidade e as comunidades humanas.
- (B) O termo "a saúde humana" aparece em oposição à "biodiversidade", sugerindo que os impactos do ecossistema se direcionam a aspectos tanto naturais quanto humanos, enfatizando a interdependência entre eles.
- (C) O pronome "ele", no segundo período, estabelece uma referência ambígua que pode remeter tanto a "ecossistema" quanto a "ambiente", dificultando a clareza do que exatamente precisa ser conservado.

(D) A palavra "ele" remete a "mudanças climáticas", apontando que a preservação das condições climáticas adequadas garante a sustentabilidade das atividades econômicas e a proteção à saúde humana.

(E) A expressão "se bem conservado" retoma "comunidades", enfatizando que a preservação dessas comunidades contribui para a saúde humana e para a continuidade das atividades econômicas.

## Questão 07

A partir dos trechos, identifique a alternativa em que o uso de "porque", "por que", "porquê" e "por quê" está correto de acordo com o contexto e as normas gramaticais:

- (A) As autoridades frequentemente não investem em ações preventivas. O **porquê** das crises climáticas não serem enfrentadas está ligado à falta de interesse. Porém, a população tem o direito de saber **porque** essas medidas são tão raras.
- (B) As políticas de preservação são importantes, mas pouco se discute **por que** suas implementações não são efetivas e **porque** não há esforços conjuntos para enfrentar a crise ambiental e social.
- (C) A crise ambiental e social gera questionamentos importantes sobre **por quê** não há ações mais integradas para mitigar os impactos das mudanças climáticas e os motivos **porque** não se adotam estratégias interligadas.
- (D) O governo precisa explicar **por que** não adota medidas coordenadas para mitigar a crise climática. Assim, as pessoas podem entender o **por quê** da situação alarmante.
- (E) No Brasil, pouco se questiona **por que** as mudanças climáticas e as crises sociais não recebem atenção coordenada. Esse é o principal **porquê** da falta de integração nas políticas e das estratégias limitadas.

## Questão 08

O texto lido pode ser classificado dentro do gênero artigo de opinião. Considerando suas características, identifique, com base no texto, qual das opções a seguir explica corretamente como o autor utiliza as particularidades desse gênero para desenvolver seu argumento:

- (A) A estrutura argumentativa do texto é característica de textos jornalísticos tradicionais, que priorizam o relato de acontecimentos recentes, como as chuvas torrenciais no Rio Grande do Sul e a seca na Amazônia, sem dar ênfase a análises de longo prazo ou projeções futuras.

- (B) O texto, apesar de fornecer dados e fatos sobre as crises climática, social e da biodiversidade, busca, sobretudo, apresentar uma opinião fundamentada, ao propor a necessidade de uma abordagem integrada e multidimensional, característica comum de artigos que têm o objetivo de convencer o leitor a adotar uma postura crítica.
- (C) O autor adota uma postura parcial e estritamente informativa, concentrando-se apenas na apresentação de dados científicos e omitindo qualquer tentativa de persuasão, típico de textos que têm como foco a divulgação científica pura.
- (D) Embora o autor mencione problemas sociais e ambientais atuais, o foco principal do texto é fornecer uma análise jurídica sobre o Código Florestal brasileiro, buscando uma revisão legislativa sem envolver questões éticas ou debates sobre a relação entre desenvolvimento sustentável e justiça social.
- (E) O texto se distingue por sua capacidade de articular diferentes perspectivas sobre as crises interligadas, apresentando argumentos tanto a favor quanto contra as ações propostas, e assim convida o leitor a refletir criticamente sobre a complexidade das soluções necessárias, o que amplia o alcance e a profundidade do discurso opinativo.

### Questão 09

Considerando o texto "Crises climática, social e da biodiversidade", analise as seguintes alternativas e assinale a que representa corretamente a tese defendida pelo autor:

- (A) A análise das crises climática, social e da biodiversidade deve se concentrar na necessidade de revisões legislativas e políticas públicas isoladas, sendo cada crise tratada com estratégias específicas que não necessariamente se inter-relacionam.
- (B) A preservação ambiental é um objetivo de longo prazo que deve ser alcançado por meio de investimentos financeiros robustos, enquanto a mitigação das desigualdades sociais e dos impactos da crise climática podem ser abordadas em momentos distintos e não precisam necessariamente estar interligadas.
- (C) O aumento das emissões de gases de efeito estufa e os eventos climáticos extremos são problemas que, embora interligados, podem ser abordados de maneira fragmentada, priorizando o desenvolvimento econômico em detrimento de uma abordagem integrada com as crises sociais e de biodiversidade.
- (D) A interdependência entre as crises climática, social e da biodiversidade sugere que as soluções devem ser implementadas de forma integrada, considerando como cada uma dessas dimensões afeta e é afetada pelas outras, promovendo um desenvolvimento sustentável que contemple a equidade social.

- (E) A urgência da crise climática requer uma resposta imediata, e as questões sociais, embora relevantes, podem ser tratadas separadamente, focando em soluções tecnológicas que não necessariamente integram a conservação da biodiversidade.

### Questão 10

Considere o trecho:

Embora o autor mencione problemas sociais e ambientais atuais, o foco principal do texto é fornecer uma análise jurídica sobre o Código Florestal brasileiro, buscando uma revisão legislativa sem envolver questões éticas ou debates sobre a relação entre desenvolvimento sustentável e justiça social.

No contexto, o conectivo "embora" estabelece uma relação. Assinale a alternativa que apresenta corretamente a relação estabelecida pelo conectivo "embora":

- (A) Comparação, pois o trecho compara a análise jurídica com os problemas sociais e ambientais, sugerindo que um é mais importante que o outro.
- (B) Concessão, pois apresenta uma ideia contrária à principal, sugerindo que, apesar de o texto abordar problemas sociais e ambientais, seu foco principal está em outro aspecto.
- (C) Adversidade, uma vez que apresenta uma ideia contrária à oração principal.
- (D) Causa e consequência, pois indica que a menção a problemas sociais e ambientais é consequência de uma análise jurídica sobre o Código Florestal.
- (E) Adição, pois adiciona informações sobre os problemas sociais e ambientais aos temas tratados no texto.

## Legislação

### Questão 11

Segundo a Lei Orgânica do Município de Brusque, analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

I.A Câmara se reunirá em sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e secretas, conforme dispuser o seu Regimento Interno.

#### AO ENCONTRO DISSO

II.A sessão legislativa ordinária será interrompida com a deliberação do Projeto de Lei Orçamentária.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta:

- (A) As asserções I e II são proposições falsas.
- (B) A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa.
- (C) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma complementação correta da I.
- (D) A asserção I é uma proposição falsa e a II é uma proposição verdadeira.
- (E) As asserções I e II são proposições verdadeiras e a II é uma complementação correta da I.

### Questão 12

De acordo com o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Brusque, as Associações de Classes, Clubes de Serviços ou entidades comunitárias do Município, devidamente legalizadas, poderão solicitar à Presidência da Câmara que lhes permitam pronunciar-se sobre assuntos de relevante interesse público perante o Plenário. Deferido o requerimento, a Câmara Municipal dará ciência à entidade inscrita da data e horário em que o representante fará uso da Tribuna Popular. Ao encontro disso, analise as afirmativas a seguir:

I.Durante suas explanações, o representante poderá ser auxiliado por um ou mais representantes da entidade.

II.Será permitida a abordagem de um tema que não tenha sido expressamente mencionado na inscrição.

III.Poderá ser usada a tribuna da Câmara por período superior a 20 (vinte) minutos na reunião, sob pena de ter a palavra cassada.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) III, apenas.

### Questão 13

Conforme a Lei Orgânica do Município de Brusque, fica fixado em \_\_\_\_\_ o número de Vereadores da Câmara Municipal de Brusque. O número de habitantes

a ser utilizado como base de cálculo para fixação do número de Vereadores será fornecido mediante certidão pelo \_\_\_\_\_.

Assinale a alternativa que correta e respectivamente preenche a lacuna no excerto:

- (A) 13 (treze); Tribunal Regional Eleitoral.
- (B) 15 (quinze); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- (C) 21 (vinte e um); Secretaria de Estado da Administração.
- (D) 17 (dezesete); Cartório de Registro Civil.
- (E) 19 (dezenove); Departamento Municipal de Estatística e Demografia.

### Questão 14

Conforme o art. 157, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, dentre outros, será considerado como de exercício o afastamento em virtude de:

- (A) Doação de sangue, por duas vezes ao ano.
- (B) Realização de trabalho voluntário em entidades assistenciais, até 5 dias por ano.
- (C) Exercício de cargo de direção em empresa privada vinculada ao município, por até 2 anos.
- (D) Viagem para acompanhar cônjuge servidor público transferido, por até 30 dias.
- (E) Participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* no país.

### Questão 15

Com base no Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Brusque, analise as afirmativas acerca da Lei Orgânica:

I.A Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta de 2/3 (dois terços) no mínimo, dos membros da Câmara.

II.A Lei Orgânica poderá ser emendada na vigência de intervenção no município.

III.A Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta de iniciativa popular.

É correto o que se afirma em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e III.

### Questão 16

A Lei Orgânica do Município de Brusque, em seu art.24, afirma que compete à Câmara Municipal, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

I.Exercer, com o auxílio do Tribunal de Contas, a fiscalização financeira, orçamentária, operacional e

patrimonial do Município.

II. Sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

III. Julgar as contas anuais do Município e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.

É correto o que se afirma em:

- (A) II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e III.

### Questão 17

Considerando-se o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Brusque, analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

I. Com a finalidade de examinar a matéria em tramitação na Câmara e sobre ela emitir parecer ou proceder a estudos acerca de assuntos de natureza essencial ou, ainda, de investigar fatos determinados de interesse da administração, as Comissões, órgãos técnicos, serão compostos de no mínimo 5 (cinco) vereadores.

#### AO ENCONTRO DISSO

II. As Comissões se constituirão em Permanentes, que são aquelas que permanecem durante toda a Legislatura e se renovam a cada um ano, permitida a reeleição, e Temporárias, que são aquelas que se extinguem com o término da Legislatura, ou antes, quando preenchidos os fins para os quais foram constituídas.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta:

- (A) As asserções I e II são proposições falsas.
- (B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma complementação correta da I.
- (C) As asserções I e II são proposições verdadeiras e a II é uma complementação correta da I.
- (D) A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa.
- (E) A asserção I é uma proposição falsa e a II é uma proposição verdadeira.

### Questão 18

Considerando-se o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, analise as afirmativas a seguir e identifique a correta:

- (A) O trabalho noturno terá um acréscimo de cinquenta por cento sobre o vencimento da hora normal do trabalho diurno. Considera-se noturno, o trabalho executado entre 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte. Em se tratando de serviço extraordinário, será remunerado com acréscimo de cem por cento em relação à hora normal de trabalho.

- (B) O trabalho noturno terá um acréscimo de vinte e cinco por cento sobre o vencimento da hora normal do trabalho diurno. Considera-se noturno, o trabalho executado entre 23 horas de um dia e as 6 horas do dia seguinte. Em se tratando de serviço extraordinário, será remunerado com acréscimo de cinquenta por cento em relação à hora normal de trabalho.

- (C) O trabalho noturno terá um acréscimo de vinte e cinco por cento sobre o vencimento da hora normal do trabalho diurno. Considera-se noturno, o trabalho executado entre 23 horas de um dia e as 6 horas do dia seguinte. Em se tratando de serviço extraordinário, será remunerado com acréscimo de cem por cento em relação à hora normal de trabalho.

- (D) O trabalho noturno terá um acréscimo de vinte e cinco por cento sobre o vencimento da hora normal do trabalho diurno. Considera-se noturno, o trabalho executado entre 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte. Em se tratando de serviço extraordinário, será remunerado com acréscimo de cinquenta por cento em relação à hora normal de trabalho.

- (E) O trabalho noturno terá um acréscimo de cinquenta por cento sobre o vencimento da hora normal do trabalho diurno. Considera-se noturno, o trabalho executado entre 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte. Em se tratando de serviço extraordinário, será remunerado com acréscimo de cinquenta por cento em relação à hora normal de trabalho.

### Questão 19

De acordo com o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Brusque, o Poder Legislativo local é exercido pela Câmara Municipal e compõe-se de vereadores eleitos pelo voto direto e secreto, com as seguintes funções:

- (A) Função legislativa, Função de fiscalização financeira, Função de controle externo, Função julgadora e Função administrativa.
- (B) Função arrecadadora, Função jurisdicional, Função de planejamento, Função organizacional e Função disciplinar.
- (C) Função de controle interno, Função representativa, Função investigativa, Função mediadora e Função sancionadora.
- (D) Função orçamentária, Função de auditoria interna, Função de gestão patrimonial, Função consultiva e Função deliberativa.
- (E) Função regulamentar, Função executiva, Função normativa, Função fiscalizadora e Função de ouvidoria.

### Questão 20

Com base no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

I.O servidor que se deslocar em caráter eventual ou transitório do Município, a serviço, fará jus a diárias, para cobrir as despesas de pousada, alimentação, locomoção urbana e despesas eventuais de representação.

### AO ENCONTRO DISSO

II.Conceder-se-á indenização de transporte ao servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, não rotineiros, por força das atribuições próprias do cargo, conforme regulamento.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta:

- (A) As asserções I e II são proposições verdadeiras e a II é uma complementação correta da I.
- (B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma complementação correta da I.
- (C) As asserções I e II são proposições falsas.
- (D) A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa.
- (E) A asserção I é uma proposição falsa e a II é uma proposição verdadeira.

## Conhecimentos Específicos

### Questão 21

Sobre a responsabilidade civil do Estado, analise as seguintes afirmativas e assinale a alternativa correta:

- (A) Para que se configure a responsabilidade do Estado, é irrelevante se o ato praticado foi lícito ou ilícito, pois basta que haja um prejuízo anormal e específico proveniente da ação (ou omissão) do agente público. Logo, existem danos decorrentes de atos lícitos que geram o dever de indenizar.
- (B) Empresas públicas, sociedades de economia mista, concessionárias e permissionárias (pessoas jurídicas de direito privado), ainda que prestadoras de serviço público, não estão vinculadas à responsabilidade objetiva do Estado.
- (C) A Constituição Federal de 1988 assegura a utilização da ação regressiva contra o agente público causador do dano, cuja responsabilidade também é objetiva.
- (D) O dano causado pelo agente público fora do exercício da sua função também implica na responsabilização do Estado, pelo uso da teoria objetiva.
- (E) Prescrevem em 5 anos as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar.

### Questão 22

Considere a seguinte situação hipotética:

*Joaquim propôs ação de conhecimento pelo procedimento comum contra o réu, sendo que o pedido estava fundamentado em tese firmada em julgamento de casos repetitivos pelo Superior Tribunal de Justiça.*

*Joaquim formulou também pedido de tutela provisória. O juiz, em decisão interlocutória, observou que, apesar de não haver no caso perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, as alegações de fato do autor estavam comprovadas apenas documentalmente. Assim, o juiz deferiu liminarmente a tutela provisória pedida pelo autor.*

Nesse caso, considerando a disciplina do Código de Processo Civil, é correto afirmar que a decisão referida na situação hipotética:

- (A) Trata-se de tutela provisória da urgência antecipada incidental, recorrível por apelação ou contrarrazões, conforme o autor seja vitorioso ou não na demanda.
- (B) Trata-se de tutela provisória da urgência cautelar antecedente, recorrível por meio de agravo de instrumento.
- (C) Trata-se de tutela provisória da evidência, recorrível por apelação ou contrarrazões, conforme o autor seja vitorioso ou não na demanda.
- (D) Trata-se de tutela provisória da urgência antecipada antecedente, recorrível por meio de agravo de instrumento.
- (E) Trata-se de tutela provisória da evidência, recorrível por agravo de instrumento.

### Questão 23

Sobre o direito financeiro e orçamentário, julgue as seguintes assertivas:

I.A lei orçamentária pode, em determinadas situações específicas, conter dispositivos legais que autorizem a abertura de crédito suplementar, alterem alíquotas de tributos e estabeleçam a antecipação de receita, por expressa autorização constitucional.

II.A receita decorrente da arrecadação de impostos não pode ser atrelada a órgão, fundo ou despesa, ainda que seja para a prestação de garantia à União e para pagamento de débitos do Município para com esta.

III.O orçamento deve conter a discriminação de receitas e despesas de forma precisa e detalhada. Além disso, o orçamento deve necessariamente ser aprovado sob a forma de lei, pois a elaboração e a execução do orçamento devem ser públicas.

IV.O orçamento do Poder Público, que contempla a previsão de receitas e despesas para certo período, deve ter periodicidade anual.

É correto o que se afirma em:

- (A) II e IV, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I e II, apenas.

### Questão 24

Sobre o sistema tributário nacional, assinale a alternativa correta:

- (A) Cabe à lei ordinária dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- (B) As taxas poderão ter base de cálculo própria de impostos.
- (C) Cabe à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte.
- (D) As alterações na legislação tributária devem obrigatoriamente atenuar efeitos regressivos.
- (E) A lei complementar que estabeleça tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte poderá instituir um regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Nesse caso, a opção pelo regime único será obrigatória.

### Questão 25

Considere as afirmativas relacionadas aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

( ) A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

( ) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

( ) A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) F – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – V.
- (D) V – F – F.
- (E) V – V – F.

### Questão 26

Considerando os crimes previstos no Código Penal brasileiro, assinale a alternativa correta:

- (A) Considera-se funcionário público, para os efeitos civis, administrativos e penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

- (B) O crime de fraude eletrônica é uma modalidade de estelionato (art. 171 do CP) e consiste em cometer a fraude com a utilização de informações fornecidas pela vítima ou por terceiro induzido a erro por meio de redes sociais, contatos telefônicos ou envio de correio eletrônico fraudulento, ou por qualquer outro meio fraudulento análogo.
- (C) Configura o crime de concussão apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
- (D) É isento de pena quem comete qualquer dos crimes patrimoniais previstos no Código Penal, mesmo quando a vítima é pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.
- (E) Comete o crime de prevaricação o funcionário que deixa, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.

### Questão 27

Leia o seguinte excerto doutrinário:

*"Dentre os muitos temas capazes de despertar grande interesse na comunidade que se dedica ao estudo do processo civil, certamente a atuação do Poder Público em juízo se situa entre os de maior destaque, seja porque é muito comum o Estado figurar nas relações processuais, seja porque há um regime jurídico específico que assegura tratamento diferenciado para a Fazenda Pública".*

(CÂMARA JÚNIOR, José Maria. A fazenda em juízo: reflexões sobre a concessão de liminar e a cominação de astreintes. In: ANAFE, Ricardo M. Fazenda Pública e questões processuais - uma visão de magistrados. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2021. E-book).

Considerando as disposições do Código de Processo Civil sobre a Fazenda Pública em juízo, julgue as seguintes assertivas:

I. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nos processos que envolvam interesse público ou social. Nesse sentido, a participação da Fazenda Pública configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público diante do princípio da supremacia do interesse público sobre o particular.

II. A Fazenda Pública, quando tiver interesse, tem legitimidade concorrente para requerer a abertura do inventário do *de cujus*.

III. É admissível ação monitória contra a Fazenda Pública. Nesse caso, não opostos embargos monitórios pela Fazenda, ocorrerá a remessa necessária ao Tribunal respectivo antes do cumprimento de sentença.

IV. Nos embargos à execução de título executivo extrajudicial contra a Fazenda Pública, essa poderá alegar somente as matérias tipificadas em lei.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e IV, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

### Questão 28

O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- (A) Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos deverá representar diretamente à Polícia Federal, para as providências necessárias.
- (B) A ação para a aplicação das sanções previstas nesta Lei prescreve em 5 (cinco) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
- (C) Encerrado o prazo previsto para a conclusão do inquérito civil para apuração do ato de improbidade, a ação deverá ser proposta no prazo de 15 dias, se não for caso de arquivamento do inquérito civil.
- (D) O inquérito civil para apuração do ato de improbidade será concluído no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos, prorrogável uma única vez por igual período, mediante ato fundamentado submetido à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica.
- (E) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, ainda que sem a comprovação de ato doloso com fim ilícito, autoriza a responsabilização por ato de improbidade administrativa.

### Questão 29

Sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o Marco Civil da Internet (MCI), julgue as seguintes assertivas:

I.O respeito à privacidade, à liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião são considerados fundamentos da proteção de dados pessoais. Já a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor não se enquadram nesses fundamentos porque são disciplinadas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor e no Código Civil.

II.Um dos deveres dos provedores de acesso e dos de aplicação é a guarda e armazenamento dos dados referentes ao endereço de protocolo de internet (endereço IP) para possibilitar a identificação de usuários da internet que tenham cometido atos ilícitos de qualquer natureza praticados no âmbito virtual.

III.O provedor de aplicações de internet somente poderá

ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo que o juiz fixar, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente. Essa ordem não precisa conter, necessariamente, a identificação do conteúdo infringente, pois é dever do provedor de aplicações o rigoroso controle da divulgação do conteúdo.

IV. Empresas que prestam serviços de aplicação na internet em território brasileiro devem se submeter ao ordenamento jurídico pátrio independentemente da circunstância de possuírem filiais no Brasil ou de realizarem armazenamento de dados em nuvem.

É correto o que se afirma em:

- (A) II e IV, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) II e III, apenas.

### Questão 30

Considerando a Lei de Acesso à Informação, as audiências públicas e consultas populares, julgue as seguintes assertivas:

I.As consultas populares sobre questões locais serão realizadas concomitantemente às eleições municipais, desde que aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 90 (noventa) dias antes da data das eleições, respeitados os limites operacionais relativos ao número de perguntas que formam a consulta.

II.As audiências públicas são um importante instrumento de participação popular em questões públicas, e somente podem ser realizadas pelo Poder Executivo municipal, estadual ou federal. Nessas audiências são ouvidos representantes de entidades da sociedade civil sobre questões relevantes do ponto de vista jurídico, social ou econômico.

III.Em relação às consultas populares sobre questões locais, as manifestações favoráveis e contrárias às questões submetidas à consulta ocorrerão durante os programas da propaganda gratuita no rádio e na televisão.

IV.Para a Lei de Acesso à Informação (n. 12.527/2011), a publicidade é um preceito geral e o sigilo uma exceção. Entretanto, as informações consideradas sigilosas são submetidas temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado. Nesses casos, quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

É correto o que se afirma em:

- (A) IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) II e III, apenas.

### Questão 31

Em relação aos impostos municipais, julgue as seguintes assertivas:

I.A notificação do lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) é feita pelo envio do carnê ao endereço do contribuinte respectivo, cabendo ao contribuinte comprovar a ausência de notificação do lançamento tributário pelo não recebimento do carnê de cobrança.

II.A notificação do lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) é feita pelo envio do carnê ao endereço do contribuinte respectivo, mas não cabe ao contribuinte comprovar a ausência de notificação do lançamento tributário pelo não recebimento do carnê de cobrança, sendo esse um ônus do Município.

III.O locatário é considerado contribuinte ou responsável pelo IPTU, razão pela qual tem legitimidade ativa para litigar em ações de natureza tributária envolvendo esse imposto, desde que expressamente autorizado pelo contrato de locação.

IV.O usufrutuário de imóvel urbano possui legitimidade ativa para discutir judicialmente o IPTU.

É correto que se afirma em:

- (A) I e IV, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) IV, apenas.

### Questão 32

Acerca da disciplina dos contratos no Código Civil, julgue as seguintes assertivas:

I.A liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato. Nas relações contratuais privadas, deve prevalecer o princípio da intervenção necessária e da revisão contratual sempre que qualquer das partes se sentir lesada.

II.A proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso.

III.Os contratos civis e empresariais presumem-se paritários e simétricos até a presença de elementos concretos que justifiquem o afastamento dessa presunção. Contudo, por força do princípio da boa-fé objetiva e da proteção jurídica da parte vulnerável, não é lícito que as partes negociantes estabeleçam parâmetros objetivos para a interpretação das cláusulas negociais, e muito menos de seus pressupostos de revisão ou de

resolução, pois as cláusulas contratuais podem ser interpretadas pelo Poder Judiciário.

IV.Considera-se inexistente a aceitação da proposta de contrato, se antes dela ou com ela chegar ao proponente a retratação do aceitante.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) IV, apenas.
- (E) I e III, apenas.

### Questão 33

Considerando a disciplina do Código de Processo Civil em relação à prova, assinale a alternativa correta:

- (A) O juiz somente poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo quando as partes forem as mesmas e a prova tenha sido submetida ao contraditório.
- (B) A prova produzida somente poderá beneficiar a parte que a produziu, e não o seu adversário, sob pena de violação do direito fundamental à prova e ao princípio da aquisição processual dos meios probatórios.
- (C) As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, desde que especificados no Código de Processo Civil, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.
- (D) O direito à prova é um direito fundamental processual das partes, cabendo ao juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito. Por essa razão, o juiz não poderá indeferir a produção de provas que considerar protelatórias sob pena de violação do devido processo legal.
- (E) O juiz, diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade da parte de se desincumbir do ônus da prova, poderá atribuir ao réu o encargo de provar os fatos constitutivos do direito do autor, desde que o faça por decisão fundamentada e oportunize ao réu tempo hábil para se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.

### Questão 34

Considere as seguintes afirmativas sobre o regime constitucional dos municípios. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

(\_\_ )O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará.

(\_\_ )Em Municípios de trezentos mil e um a quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a sessenta por cento do subsídio dos

Deputados Estaduais.

(\_\_ ) Os vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

(\_\_ ) A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, excetuado o gasto com o subsídio de seus Vereadores, constituindo crime de responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal o desrespeito a esse percentual.

(\_\_ ) A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) V – F – V – F – F
- (B) F – F – V – V – F.
- (C) F – V – F – F – V.
- (D) V – F – F – V – V.
- (E) V – V – V – F – V.

### Questão 35

Considerando a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e da Constituição Federal, julgue as seguintes assertivas:

I. Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

II. Em qualquer órgão ou Poder, a edição de atos normativos por autoridade administrativa, salvo os de mera organização interna, poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico, a qual será considerada na decisão.

III. No Brasil não se admitirá lei com vigência temporária, pois toda lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

IV. Será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro que reúna, dentre outros requisitos, estar traduzida por intérprete autorizado e ter sido homologada pelo Supremo Tribunal Federal.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III e IV, somente.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) I e II, apenas.

### Questão 36

Sobre as políticas urbana e agrícola estabelecidas na Constituição Federal de 1988, analise as seguintes afirmativas:

I. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

II. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

III. A pequena propriedade rural é insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária, mesmo que seu proprietário possua outra.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I, apenas.

### Questão 37

Considerando as disposições do Código de Processo Civil, julgue as seguintes assertivas:

I. As mensagens eletrônicas, as fotografias digitais e as extraídas da rede mundial de computadores não podem ser usadas como prova no processo civil, a menos que tenham a respectiva autenticação eletrônica ou sejam submetidas a perícia.

II. O depoimento pessoal da parte deverá ser sempre digitado.

III. Não são admitidos títulos executivos constituídos ou atestados por meio eletrônico. Tais documentos, por força do princípio da cartularidade, devem ser emitidos em formato físico.

IV. Os sistemas de automação processual respeitarão a publicidade dos atos, o acesso e a participação das partes e de seus procuradores, inclusive nas audiências e sessões de julgamento, observadas as garantias da disponibilidade, independência da plataforma computacional, acessibilidade e interoperabilidade dos sistemas, serviços, dados e informações que o Poder Judiciário administre no exercício de suas funções.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e IV, apenas.
- (B) IV, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

### Questão 38

Sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), assinale a alternativa correta:

- (A) A Lei Federal n. 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, não foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, por ser anterior ao texto constitucional.
- (B) São considerados princípios da PNMA a recuperação das áreas degradadas e a proteção de áreas ameaçadas de degradação. Todavia, a educação ambiental não é considerada um princípio da PNMA, já que somente uma Lei Federal específica pode estabelecer educação em todos os níveis de ensino.
- (C) A definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, não pode ser considerada um dos objetivos da PNMA por ser uma determinação muito abstrata e que, portanto, precisa de concretização no âmbito administrativo. Como um exemplo desses objetivos, pode ser citada a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.
- (D) A PNMA tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, ainda que tal proteção sacrifique o desenvolvimento socioeconômico e a segurança nacional, pois o direito ao meio ambiente é considerado um direito fundamental absoluto.
- (E) O estabelecimento de padrões de qualidade ambiental, o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras são considerados instrumentos administrativos da PNMA.

### Questão 39

Segundo a legislação, parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- (A) Concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.
- (B) A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade concorrência ou diálogo competitivo.
- (C) O certame para a contratação de parcerias público-privadas obedecerá ao procedimento previsto na legislação vigente sobre licitações e contratos administrativos, observando, no entanto, que o julgamento não poderá ser precedido de etapa de qualificação de propostas técnicas.

- (D) O edital não poderá prever a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento durante o certame.
- (E) As concessões administrativas em que mais de 50% (cinquenta por cento) da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública dependerão de autorização legislativa específica.

### Questão 40

Para o Direito das Obrigações, nos termos do Código Civil, é correto afirmar que:

- (A) Se o devedor oferecer prestação diversa da que deve, o credor é obrigado a recebê-la desde que essa prestação oferecida seja mais valiosa.
- (B) Somente o devedor é considerado interessado na extinção da dívida e, portanto, somente ele pode pagá-la, usando, se o credor se opuser, dos meios conducentes à sua exoneração.
- (C) O cessionário pode exercer os atos conservatórios do direito cedido desde que o devedor tenha conhecimento da cessão de forma inequívoca.
- (D) A quitação, que sempre poderá ser dada por instrumento particular, especificará o valor e a espécie da dívida quitada, o nome do devedor, ou quem por este pagou, o tempo e o lugar do pagamento, com a assinatura do credor, ou do seu representante. Entretanto, ainda sem esses requisitos, valerá a quitação, se de seus termos ou das circunstâncias resultar haver sido paga a dívida.
- (E) O credor pode ceder o seu crédito, se a isso não se opuser a natureza da obrigação, a lei, ou a convenção com o devedor. Nesse caso, a cláusula proibitiva da cessão é sempre oponível ao cessionário de boa-fé diante da força vinculante dos contratos.

### Questão 41

A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; do Presidente da República; e de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- (A) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o voto direto, secreto, obrigatório e periódico.
- (B) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma legislatura.
- (C) A emenda à Constituição será promulgada pelo Presidente da República, quando não for ele o seu proponente.
- (D) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

- (E) Os casos de intervenção federal são os únicos que impedem a emenda à Constituição.

### Questão 42

No tocante aos impostos da União, assinale a alternativa correta:

- (A) Compete à União instituir impostos sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.
- (B) O imposto sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente incidirá sobre as exportações e sobre as operações com energia elétrica e com telecomunicações.
- (C) O imposto de produtos industrializados será cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores.
- (D) O imposto sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente não poderá ter o mesmo fato gerador e base de cálculo de outros tributos.
- (E) O imposto de renda e proventos de qualquer natureza será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da regressividade, na forma da lei.

### Questão 43

Sobre as normas legais e administrativas referentes ao licenciamento e a licença ambiental, julgue as seguintes assertivas:

I.A licença prévia é aquela concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

II.A licença de instalação autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

III.Eventual erro na concessão de licença ambiental não configura fato de terceiro capaz de interromper o nexo causal na reparação judicial por danos ao meio ambiente.

É correto o que se afirma em:

- (A) III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.

### Questão 44

Segundo a Constituição Federal de 1988, é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- (A) O montante do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e da parcela do fundo partidário destinada a campanhas eleitorais, bem como o tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão a ser distribuído pelos partidos às respectivas candidatas, deverão ser de no mínimo 30% (trinta por cento), proporcional ao número de candidatas, e a distribuição deverá ser realizada conforme critérios definidos pelo Tribunal Superior Eleitoral para toda a nação, sempre no ano anterior ao ano eleitoral, considerados a autonomia e o interesse partidário.
- (B) É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, com obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.
- (C) Os partidos políticos devem aplicar no mínimo 3% (três por cento) dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários.
- (D) Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos na respectiva Junta Eleitoral da cidade de sua sede.
- (E) Os Deputados Federais, os Deputados Estaduais, os Deputados Distritais e os Vereadores que se desligarem do partido pelo qual tenham sido eleitos perderão o mandato, salvo nos casos de anuência do partido ou de outras hipóteses de justa causa estabelecidas em lei, não computada, em qualquer caso, a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.

### Questão 45

Assinale a alternativa correta.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

- (A) Proteção à infância e à juventude, excluída a competência suplementar dos Estados para legislar sobre normas gerais.

- (B) Proteção e tratamento de dados pessoais.
- (C) Jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia.
- (D) Assistência jurídica e Defensoria pública, sendo que a competência da União ficará limitada ao estabelecimento de normas gerais.
- (E) Águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.

### Questão 46

Sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública, julgue as seguintes assertivas:

I.É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 40 (quarenta) salários-mínimos.

II.As ações de mandado de segurança e de desapropriação não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública.

III.Podem ser julgadas nos Juizados Especiais da Fazenda Pública as causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas.

IV.A competência no foro onde estiver instalado o Juizado Especial da Fazenda Pública é absoluta.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

### Questão 47

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Sobre o meio ambiente, segundo a Constituição Federal de 1988, são patrimônios nacionais:

- I.Floresta Amazônica brasileira.
- II.Mata Atlântica.
- III.Serra do Mar.
- IV.Pantanal Mato-Grossense.
- V.Zona Costeira.
- VI.Caatinga.

Assinale a alternativa correta:

- (A) VI, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I, II, III, IV e V, apenas.

- (D) I, II, III, IV, V e VI.
- (E) I, II, IV, V e VI, apenas.

### Questão 48

Assinale a alternativa que completa corretamente o excerto que segue.

Segundo a Lei n.º 14.133/2021 (Lei de Licitações), aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, são classificados como bens e serviços:

- (A) De uso comum.
- (B) De fornecimento contínuo.
- (C) Contratados por escopo.
- (D) Com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.
- (E) Especiais.

### Questão 49

Sobre o controle de constitucionalidade, analise as seguintes afirmativas e registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

(\_\_ ) Para que se possa falar em controle de constitucionalidade, são necessários dois requisitos fundamentais e essenciais: a existência de uma Constituição rígida e a atribuição de competência a um órgão para resolver os problemas de constitucionalidade; este pode variar de acordo com o sistema de controle adotado.

(\_\_ ) Constitucionalidade superveniente significa o fenômeno pelo qual uma lei ou ato normativo que tenha nascido com algum vício de inconstitucionalidade, seja formal ou material, e se constitucionaliza. É um fenômeno inadmissível no direito brasileiro.

(\_\_ ) Quando o chefe do Poder Executivo veta uma lei por considerá-la inconstitucional (ou contrária ao interesse público), estamos diante de um caso de controle de constitucionalidade posterior ou repressivo.

(\_\_ ) A inconstitucionalidade formal, nomodinâmica, acontece quando a lei ou ato normativo infraconstitucional contém algum vício no processo legislativo de sua elaboração, ou quando elaborada por autoridade incompetente.

(\_\_ ) A inconstitucionalidade material, nomoestática, acontece quando a lei ou o ato normativo, em seu conteúdo, na sua matéria, afronte qualquer preceito ou princípio da Lei Maior.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) F – F – F – F – V.
- (B) V – V – F – V – V.
- (C) V – F – V – V – F.
- (D) F – V – F – F – V.
- (E) V – F – V – F – F.

## Questão 50

Considerando as disposições do Código de Defesa do Consumidor, julgue as seguintes assertivas:

I.O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.

II.Envia ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto é considerado uma prática abusiva.

III.Permitir o ingresso em estabelecimentos comerciais ou de serviços de um número maior de consumidores que o fixado pela autoridade administrativa como máximo não é considerado um exemplo de prática abusiva pelo fornecedor de produtos ou serviços, ocasionando tão somente sanções civis em caso de prejuízo aos consumidores.

IV.Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a cinco anos.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II e IV, apenas
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

## Questão 51

Considere a seguinte situação hipotética:

*Pedrinho obteve, após processo de conhecimento, sentença contra a Fazenda Pública Municipal que a condenou ao pagamento de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Entretanto, depois do trânsito em julgado da sentença, o Supremo Tribunal Federal (STF), em controle difuso de constitucionalidade, declarou a inconstitucionalidade da lei sobre a qual a sentença se fundou. Os efeitos da decisão do STF são imediatos. Pedrinho, após o julgamento do recurso de apelação pelo Tribunal respectivo e diante do trânsito em julgado, deu início ao cumprimento da sentença contra a Fazenda Pública Municipal.*

Nesse caso, considerando a disciplina do Código de Processo Civil, assinale a alternativa que apresenta o meio de impugnação correto a ser utilizado pela Fazenda Pública:

- (A) Ação rescisória perante o Tribunal competente, no prazo de 2 anos do trânsito em julgado da sentença exequenda.
- (B) Recurso extraordinário para o STF, no prazo de 30 dias úteis.

- (C) Mandado de segurança para o Tribunal respectivo no prazo de 120 dias úteis.
- (D) Recurso extraordinário para o STF, no prazo de 15 dias úteis.
- (E) Ação rescisória perante o Tribunal competente, no prazo de 2 anos do trânsito em julgado da decisão proferida pelo STF.

## Questão 52

De acordo com o Código de Processo Penal brasileiro, analise as seguintes assertivas:

I.Ordenado o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer elementos informativos da mesma natureza, o órgão do Ministério Público comunicará à vítima, ao investigado e à autoridade policial e encaminhará os autos para a instância de revisão ministerial para fins de homologação, na forma da lei.

II.É possível a oferta, pelo Ministério Público, cumulativamente, do acordo de não persecução penal e de transação penal, se for o caso.

III.Faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

IV.A competência será determinada pela conexão se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras.

V.Na cadeia de custódia da prova, o ato denominado isolamento consiste na descrição detalhada do vestígio conforme se encontra no local de crime ou no corpo de delito, e a sua posição na área de exames, podendo ser ilustrada por fotografias, filmagens ou croqui, sendo indispensável a sua descrição no laudo pericial produzido pelo perito responsável pelo atendimento.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, IV e V, apenas.
- (B) I, II, III, IV e V.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II e V, apenas.
- (E) I, III e IV, apenas.

## Questão 53

Em relação ao Imposto Sobre Serviços (ISS), julgue as seguintes assertivas:

I.O ISS sempre será caracterizado como um tributo direto, já que o seu valor é repassado ao preço cobrado pelo serviço.

II.A incidência do ISS sobre operações de locação de bens móveis desvinculada da prestação de serviços é considerada inconstitucional.

III.O custo dos materiais empregados na construção civil pode ser deduzido da base de cálculo do ISS. Nesses casos, ou seja, na hipótese da construção civil, a competência para o recolhimento do ISS é do município no qual a sede da construtora se localiza, independentemente do local da prestação dos serviços.

É correto o que se afirma em:

- (A) III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

### Questão 54

Analise a seguinte situação hipotética:

*João, de 17 anos, que reside com sua mãe, provocou um acidente de trânsito dirigindo um automóvel que causou prejuízos materiais de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) às vítimas. Meses antes do acidente, João havia recebido, por herança, diversos bens móveis e imóveis, além de dinheiro em aplicações bancárias, de seu falecido pai, que antes de falecer reconheceu a paternidade e incluiu João entre seus herdeiros. O total da herança recebida equivalia a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais). Entretanto, Esther, mãe de João, é uma pessoa muito pobre, que luta com dificuldades para sobreviver.*

Considerando a disciplina do Código Civil sobre a responsabilidade civil, julgue as seguintes assertivas:

I.O direito de exigir reparação não se transmite com a herança caso as vítimas do acidente provocado por João tenham falecido, já que os direitos da personalidade intransmissíveis.

II.Como regra geral, são também responsáveis pela reparação civil os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.

III.João responderá pelos prejuízos que causar se as pessoas por ele responsáveis não dispuserem de meios suficientes.

IV.A responsabilidade de João pelo acidente é objetiva, pois, por ser menor de 18 anos, sequer poderia estar dirigindo um veículo automotor.

É correto o que se afirma em:

- (A) II e IV, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

### Questão 55

De acordo com a jurisprudência recente sobre acordos de colaboração premiada, analise as seguintes assertivas:

I.O réu delatado tem legitimidade para questionar a validade do acordo de colaboração do delator; logo, ele pode ter acesso às tratativas e à audiência de homologação.

II.É possível que, em um acordo de colaboração premiada, seja determinado que o colaborador inicie imediatamente a privação de liberdade, mesmo isso não estando previsto na Lei.

III.Pessoa jurídica não possui capacidade para celebrar acordo de colaboração premiada, previsto na Lei nº 12.850/2013.

É correto o que se afirma em:

- (A) III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, apenas.

### Questão 56

Sobre o direito ambiental e urbanístico, julgue as seguintes assertivas:

I.As obrigações de fazer, de não fazer e de indenizar na reparação integral do meio ambiente podem ser aplicadas de forma simultânea e cumulativa na condenação judicial.

II.A responsabilidade por dano ambiental é objetiva e decorrente da teoria do risco integral, razão pela qual a alegação de culpa exclusiva de terceiro ou ocorrência de força maior não podem ser invocadas pela empresa responsável pelo dano ambiental, perante o juiz da causa, para afastar sua obrigação de indenizar.

III.Por força do direito adquirido, é assegurada a permissão ao proprietário ou posseiro para a continuidade de práticas vedadas pelo legislador, ainda que tais práticas gerem danos ao meio ambiente.

IV.A responsabilidade por dano ambiental é subjetiva, de modo que é possível a invocação perante o juiz da causa, pela empresa responsável pelo dano ambiental, de excludentes de responsabilidade civil para afastar sua obrigação de indenizar.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) III e IV, apenas.

### Questão 57

Sobre o Direito Material e Processual do Trabalho, julgue as seguintes assertivas:

I.Recusando-se qualquer das partes da relação de trabalho à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio

coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente.

II.A sentença normativa, proferida por Tribunais Regionais do Trabalho (TRT) ou do Tribunal Superior do Trabalho (TST) no julgamento dos dissídios coletivos, é uma fonte do Direito do Trabalho.

III.A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) consiste na reunião de normas esparsas que lhe são anteriores, razão pela qual não pode ser considerada um "Código". Por essa razão, a CLT igualmente não pode ser considerada uma fonte formal do Direito e Processo do Trabalho justamente por sua falta de sistematização das matérias que regula.

É correto o que se afirma em:

- (A) II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I, apenas.
- (E) I e II, apenas.

### Questão 58

No exercício de suas funções, os servidores públicos devem adotar condutas compatíveis com os princípios da ética profissional e da administração pública. Considerando um cenário em que um servidor é convidado a participar de uma reunião com representantes de empresas privadas interessadas em participar de uma licitação para fornecimento de bens à câmara, qual das ações a seguir está mais alinhada aos princípios éticos e às normas que regem a conduta no serviço público?

- (A) Rejeitar o convite para participar da reunião, independentemente do contexto, para evitar qualquer tipo de envolvimento que possa gerar desconfiança sobre sua atuação.
- (B) Aceitar o convite para a reunião, mas manter a comunicação exclusivamente verbal, para evitar registros que possam ser interpretados de forma equivocada no futuro.
- (C) Participar da reunião ativamente, desde que registre todas as discussões de forma detalhada e assuma a responsabilidade por eventuais recomendações técnicas feitas aos representantes das empresas.
- (D) Requisitar previamente um termo de confidencialidade das empresas envolvidas, garantindo que qualquer informação discutida permaneça restrita àquela reunião.
- (E) Participar da reunião somente na condição de observador, reportando imediatamente à chefia qualquer conduta ou pedido que possa comprometer a integridade do processo licitatório.

### Questão 59

Uma Câmara Municipal recebeu um requerimento de um cidadão solicitando acesso aos dados pessoais que constam em um processo administrativo arquivado. No documento, estão registradas informações sobre sua participação em uma audiência pública realizada há dois anos, incluindo sua manifestação oral, dados de contato e documento de identificação. O setor responsável identificou que, no mesmo processo, constam dados pessoais de outros cidadãos que também participaram da audiência. Considerando a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e sua aplicação no setor público, analise a situação apresentada:

- (A) A solicitação deve ser indeferida para proteger os dados pessoais dos demais participantes da audiência pública, orientando o requerente a solicitar apenas uma certidão confirmando sua participação no evento.
- (B) O cidadão tem direito de acessar seus dados pessoais mediante requerimento, cabendo à Câmara Municipal fornecê-los de forma clara e completa, realizando previamente a anonimização ou supressão dos dados pessoais de terceiros contidos no mesmo documento, preservando assim tanto o direito de acesso do requerente quanto a privacidade dos demais titulares.
- (C) O acesso aos dados deve ser concedido integralmente ao requerente, incluindo as informações de terceiros, pois o princípio da publicidade dos atos administrativos se sobrepõe à proteção de dados pessoais em documentos públicos.
- (D) O acesso aos dados pessoais solicitados somente poderá ser concedido mediante autorização expressa de todos os titulares de dados que constam no processo administrativo.
- (E) A Câmara deve fornecer uma cópia integral do processo, considerando que os dados foram coletados em um evento público e, portanto, não estão protegidos pela LGPD.

### Questão 60

Em um departamento da Câmara Municipal, uma servidora recém-empossada identificou que alguns procedimentos administrativos poderiam ser otimizados através da implementação de um novo sistema digital. Ao apresentar sua sugestão durante uma reunião, percebeu resistência de colegas mais antigos, que argumentaram: "Sempre fizemos assim e funciona". A servidora também notou que alguns colegas começaram a se mostrar menos receptivos após sua proposta. Considerando as relações humanas no ambiente de trabalho e a gestão de mudanças organizacionais, analise a situação apresentada e identifique a correta:

- (A) O mais adequado seria a servidora concentrar-se em aprender os procedimentos existentes e aguardar que a própria chefia proponha eventuais mudanças nos processos de trabalho, respeitando assim a hierarquia organizacional.
- (B) A servidora deveria apresentar sua proposta apenas após completar um período maior de adaptação no setor, pois sugestões de mudanças vindas de funcionários novatos podem ser interpretadas como críticas aos métodos estabelecidos pelos servidores mais experientes.
- (C) A implementação de mudanças em ambientes organizacionais requer uma abordagem que considere tanto os aspectos técnicos quanto os relacionais, sendo fundamental desenvolver um processo gradual de sensibilização, demonstrando na prática os benefícios das mudanças propostas e valorizando a experiência prévia dos servidores mais antigos na construção coletiva de soluções.
- (D) A servidora deveria buscar apoio direto da chefia superior para implementar as mudanças, uma vez que inovações tecnológicas são inevitáveis e os servidores resistentes precisam se adaptar às novas realidades do serviço público.
- (E) A resistência dos colegas mais antigos demonstra que as mudanças propostas são inadequadas para o setor, sendo mais prudente manter os procedimentos que já demonstraram eficácia ao longo do tempo.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE BRUSQUE**

**CONCURSO PÚBLICO  
EDITAL N.º 001/2024**

**FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS**

Questões	RESPOSTAS				
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E

Questões	RESPOSTAS				
31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E
36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E
40	A	B	C	D	E
41	A	B	C	D	E
42	A	B	C	D	E
43	A	B	C	D	E
44	A	B	C	D	E
45	A	B	C	D	E
46	A	B	C	D	E
47	A	B	C	D	E
48	A	B	C	D	E
49	A	B	C	D	E
50	A	B	C	D	E
51	A	B	C	D	E
52	A	B	C	D	E
53	A	B	C	D	E
54	A	B	C	D	E
55	A	B	C	D	E
56	A	B	C	D	E
57	A	B	C	D	E
58	A	B	C	D	E
59	A	B	C	D	E
60	A	B	C	D	E

**INFORMAÇÕES**

O inteiro teor da prova e o gabarito preliminar serão divulgados até as **20h do dia 25 de novembro de 2024**, no endereço eletrônico <http://concursos.furb.br> em Câmara Municipal de Brusque - Concurso Público - Edital n.º 001/2024.

O candidato que tiver qualquer discordância em relação às questões da Prova Objetiva ou ao gabarito preliminar divulgado poderá interpor recurso no período compreendido entre **00h00min01seg do dia 26 de novembro de 2024 e 23h59min59seg do dia 27 de novembro de 2024**.

Blumenau, 24 de novembro de 2024.